

## XVI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Desafios e Perspectivas da Internacionalização da Construção  
São Paulo, 21 a 23 de Setembro de 2016

# MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DE LITERATURA SOBRE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA<sup>1</sup>

AGOSTINHO, Henrique Leite (1); ARGÔLO, Ellen Cristina Dias (2)

(1) UniAnchieta, e-mail: henriqueleiteagostinho@yahoo.com.br; (2) UniAnchieta, e-mail: e.argolo@yahoo.com.br

### RESUMO

Períodos de recessão econômica e baixa disponibilidade financeira de governos e empresas são fatores limitantes para a promoção de empreendimentos e execução de infraestrutura. Neste contexto, parcerias entre estado e investidores privados tem sido uma opção cada vez mais discutida e explorada. O objetivo do trabalho é um mapeamento da literatura sobre o tema Parceria Público-Privada (PPP) por meio de ferramenta sistemática confiável, rigorosa e auditável. Concebido com este propósito, o Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL) permite identificar uma visão geral e ampla de questões relacionadas a Parcerias Público-Privadas. O estudo parte da seleção de mais de 1900 artigos listados com palavras chave relacionadas a Parceria Público-Privada nos principais bancos de dados de artigos e resumos acadêmicos internacionais. Sob um viés direcionado a parcerias voltadas para as áreas de habitação e infraestrutura, o resultado do mapeamento torna explícita a ampla gama de aplicação do tema e o estágio diverso de discussões acerca do mesmo. A pesquisa propicia ainda apoio para o desenvolvimento e aprofundamento de trabalhos relacionados a tema de importância para a promoção do desenvolvimento de estados e nações.

**Palavras-chave:** Parceria Público-Privada, Mapeamento Sistemático de Literatura, Construção, Contratos.

### ABSTRACT

*Periods of economic recession and low financial availability of governments and companies are limiting factors for the promotion of projects and execution of infrastructure. In this context, partnerships between state and private investors have been increasingly discussed and explored option. The objective of the study is a mapping review on the topic Public-Private Partnership (PPP) through reliable tool systematic, rigorous and auditable. Designed for this purpose, the Systematic Mapping Study (SMS) identifies a general and broad view of issues related to public-private partnerships. The study of the selection of over 1900 items listed with keywords related to Public-Private Partnership in the main databases of articles and international academic abstracts. Under a bias directed to targeted partnerships for housing and infrastructure areas, the result of mapping makes explicit the wide range of subject application and the different stage of discussions about it. The research also provides support for the development and deepening of work related to important issue for promoting the development of states and nations.*

**Keywords:** Public-Private Partnership. Systematic Mapping Study. Construction. Contracts.

---

<sup>1</sup> AGOSTINHO, Henrique Leite; ARGÔLO, Ellen Cristina Dias. Mapeamento Sistemático de Literatura sobre Parceria Público Privada. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 16., 2016, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2016.

## 1 INTRODUÇÃO

Parceria Público-Privada (PPP) é uma modalidade contratual que permite a atuação de diferentes agentes envolvidos no desenvolvimento de obras e empreendimentos. Sua estrutura possibilita a atuação destes agentes extraíndo os atributos mais relevantes de cada participante: o poder legislador do estado, empreendedor dos setores privados e patrocinador do agente financeiro, tornando desta forma o tema Parceria Público-Privada de interesse internacional e multidisciplinar.

O assunto vem ganhando cada vez mais espaço decorrente da sofisticação das relações estabelecidas entre diferentes atores na sociedade, numa perspectiva positiva onde cada uma das partes envolvidas na relação pode ser beneficiada.

A intenção provém de estudo preliminar em trabalhos no âmbito de mestrado, buscando obter síntese atualizada da produção científica relacionada ao assunto.

Tema amplo e de abordagem diversificada e multidisciplinar, a Lei de Parceria Público-Privadas (BRASIL, 2004) estabelece o regramento para aplicação das Parcerias Público-Privadas, definindo-as como contratos de concessão, nas modalidades patrocinada ou administrativa. Estes diferem do instrumento de outorga onerosa ou consórcio imobiliário previstos no Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001). Outros dispositivos presentes na legislação brasileira e que podem estar relacionados com o tema são ilustrados no Quadro 1.

Quadro 1: Diferenciação entre PPP, Concessão Convencional e Terceirização

Item	Concessão Convencional	PPP		Terceirização
		Patrocinada	Administrativa	
<b>Dispositivo Legal</b>	Lei Federal 8.987/95	Lei Federal 11.079/04		Lei Federal 8.666/93
<b>Descrição</b>	Não envolve contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.	Prevê além da tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.	Envolve prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta.	
<b>Valor</b>	Não estabelecido	Mínimo de R\$ 20 milhões		Não estabelecido
<b>Prazo</b>		Entre 5 e 35 anos		5 anos (Lei 8.666/93)
<b>Fundo Garantidor</b>	Não aplicável	Necessário		Não Aplicável
<b>Contraprestação do Setor Público</b>	Aplicável apenas em situações excepcionais (art. 26 da Lei complementar 101/00)	Necessária		Necessária
<b>Risco de Demanda</b>	Assumido unicamente pelo concessionário (art. 2º da Lei 8.987/95)	Compartilhado entre parceiro privado e público		Não Aplicável
<b>Exemplos</b>	SABESP	Rodovia MG 050	Estádio do Maracanã	Controlar (São Paulo)

Fonte: Adaptado de UPPP, 2008.

Dentro deste contexto, o presente mapeamento da literatura busca, a partir

da proposição de uma ferramenta sistemática, identificar e agrupar dentro de critério proposto uma grande gama de trabalhos voltados ao tema, com ênfase nas áreas de infraestrutura e habitação.

Os resultados obtidos ajudam a evidenciar o estado atual de desenvolvimento de conhecimento associado ao tema, agrupando avanços de estudos em PPP nas mais diversas áreas da engenharia e suas formas de abordagem.

## 2 MÉTODO E DESENVOLVIMENTO

O método proposto para o presente trabalho é o Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL). A ferramenta propõe um procedimento rigoroso, amplo, reproduzível e auditável para a prospecção de artigos e trabalhos relacionados a determinado tema de interesse.

Concebida inicialmente para a área médica, a proposta da ferramenta é, através de ampla pesquisa, identificar o estado de conhecimento de determinado assunto bem como a existência de lacunas e desenvolvimento de trabalhos específicos associados. Os resultados da fase de mapeamento formam sólida base para a avaliação do tema (GREENHALGH et al., 2004). Sua abordagem sistemática permite ainda distanciamento a vícios e subjetivismo.

Inicialmente, deve ser estabelecida uma *string* de busca (sequência de caracteres de busca) para a pesquisa de trabalhos dentro de bases de dados bibliográficos pré-selecionadas. A seleção destas bases deve levar em consideração alguns fatores como a abrangência da base (tamanho), relevância perante a comunidade científica e tipo de informações disponibilizadas em sua base de dados (diversidade de informações relacionadas aos artigos como, por exemplo, título, autores, ano e fonte de publicação), além da possibilidade de documentar resultados de pesquisa em formulários digitais (gerar um arquivo com o resultado da pesquisa).

Para o presente trabalho, a *string* (sentença) de busca foi definida como (*construct\** AND *public private partnership* OR *PPP*), onde os termos de busca estão representados em itálico, AND e OR são os operadores lógicos da *string* de busca e o sinal de asterisco generaliza o termo de busca incluindo suas variações e derivações.

As bases bibliográficas selecionadas estão relacionadas a instituições internacionais, definindo-se a busca nas bases:

- COMPENDEX (<<http://www.engineeringvillage.com>>);
- SCOPUS (<<http://www.scopus.com/>>);
- WEB OF SCIENCE (<<http://apps.webofknowledge.com/>>)

A pesquisa em cada uma das bases foi realizada com o auxílio da mesma *string* de busca, restringindo-se o período de pesquisa decorrente da quantidade de artigos disponibilizados através de formulário digital com o resultado da mesma.

Sob estes parâmetros, a pesquisa realizada em SCOPUS não necessitou do filtro de período de publicação para sua elaboração, resultando em 1018 artigos referenciados. Decorrente da limitação de quantidade de registros/artigos possíveis no arquivo de saída, a pesquisa na base COMPENDEX teve o período de publicação limitado entre os anos de 2009 a 2016 (500 artigos) e a pesquisa na base WEB OF SCIENCE para o período de 2010 a 2016 (465 artigos). A pesquisa totalizou 1983 artigos indexados nas referidas bases de dados.

Num primeiro ciclo de classificação, três grupos englobaram os arquivos classificados: Artigos idênticos referenciados em mais de uma base de pesquisa foram classificados como "repetidos". O segundo grupo foi composto por artigos que tratavam de assuntos relacionados ao termo parceria em sua interpretação mais ampla ou termos genéricos associados à abreviação PPP (*Precise Point Positioning*, *polyparaphenylene*, *Point-to-Point Protocol*, entre outros) e que não tratavam do tema de interesse. O terceiro grupo, tema de interesse, recebeu os artigos relacionados ao tema da pesquisa – Parceria Público-Privada.

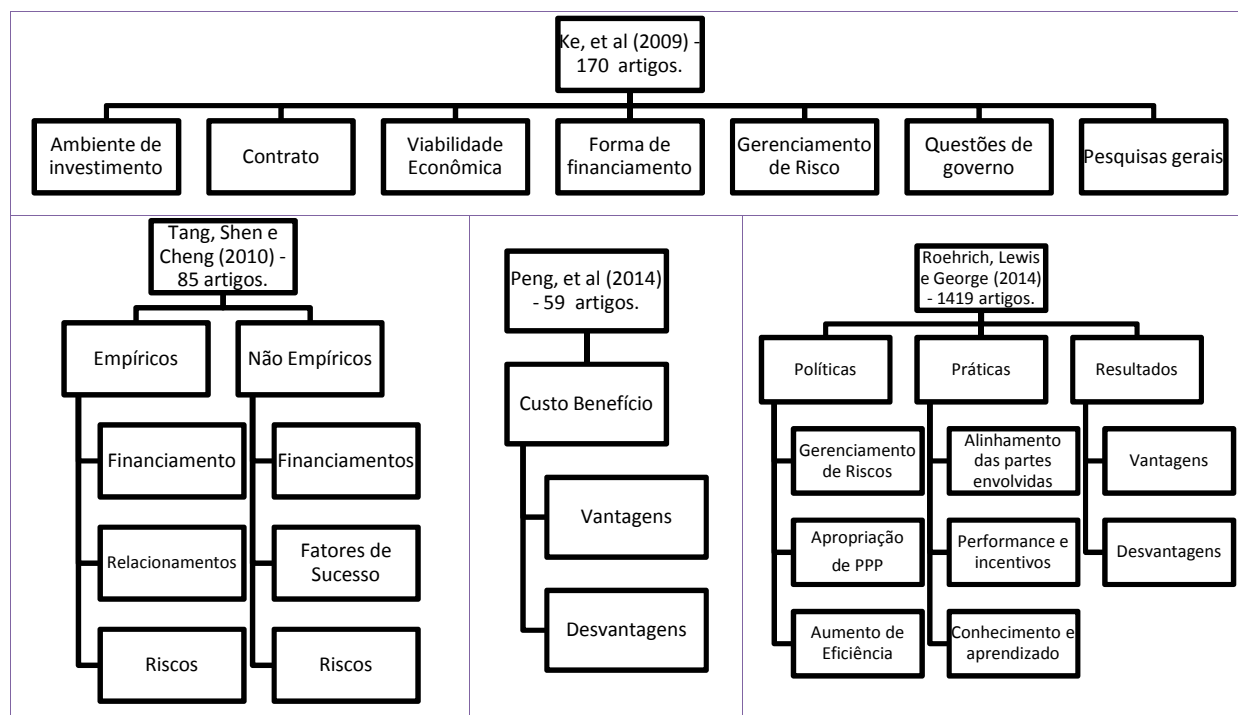
Os artigos do grupo de interesse passaram a ser classificados conforme categorias previamente estabelecidas, avançando-se na obtenção de dados conforme progressão da divisão dentro dos critérios de interesse mais relevantes definidos no presente estudo.

Propostas de classificações diversas foi objeto de outros estudos que trataram acerca de revisão bibliográfica de artigos relacionados à PPP. Tomando como base artigos publicados através de renomados editores, Ke et al. (2009) identificaram sete categorias de interesse de pesquisa dentro do tema PPP, conforme ilustra a Figura 1. Uma revisão de projetos ligados ao tema foi proposta por Tang, Shen e Cheng (2010), separando os artigos em grupos relacionados a projetos empíricos e não empíricos, referenciando 85 artigos.

Uma revisão sistemática foi proposta por Roehrich, Lewis e George (2014), abrangendo 1419 artigos, propondo um mapa segregando basicamente os artigos em 3 grandes áreas: políticas, práticas e resultados (vantagens e desvantagens) de PPP.

Peng et al. (2014) estudaram, com foco no custo-benefício de PPP, uma divisão acerca de artigos que indicam a vantagem e desvantagem do tema. A Figura 1 ilustra a estrutura de classificação dos artigos referenciados.

Figura 1 – Estrutura de classificação de artigos realizada em diferentes artigos de revisão do tema PPP



Fonte: Os autores

A abordagem de classificação diversa evidencia a busca por uma estrutura de divisão conforme interesse do autor na abordagem, podendo ser de grande contribuição de referência para estudos posteriores.

Para o presente trabalho, a classificação dentro do tema de interesse obedeceu ao critério de aplicabilidade do objeto de pesquisa no tocante a sua “celeridade” perante fatores diversos, em outros termos, uma “expectativa de velocidade” para a aplicação da solução, levando-se em consideração fatores como: tempo para implantação, envolvimento de entes públicos diversos e complexidade de implantação perante a legislação nacional.

O Quadro 2 apresenta os critérios para a classificação dos temas dentro de cada um dos três novos grupos. A classificação de cada um dos temas é ilustrada no Quadro 3. Notar que a classificação de aderência proposta não propõe julgar se o instrumento tem melhor ou pior aplicação em determinada área, mas sim avaliar a presteza da sua aplicação.

Quadro 2: Pontuação de critérios para classificação de interesse quanto a celeridade de implantação

Critério de Classificação	Descrição do critério	Pontuação atribuída
Celeridade de implantação	ALTA (para temas relacionados a necessidade de menores áreas de desapropriação). BAIXA (para intervenções com necessidade de maiores áreas de desapropriação).	<p><b>Para cada critério:</b></p> <p>Alta = 3 / Média = 2 / Baixa = 1.</p> <p><b>Classificação de Celeridade considerando a soma dos três critérios (implantação, adoção da solução e legislação):</b></p> <p>Alta = 9 / Média = de 6 a 8 / Baixa = de 1 a 5.</p>
Celeridade de adoção da solução.	ALTA (para temas relacionados à gestão local ou sob tutela de apenas um ente público). MÉDIA (para temas relacionados a mais de um ente. Ex: Município e estado ou mais de um município). BAIXA (para temas que demandem ainda contratação de quadro de servidores especializados).	
Celeridade de legislação.	ALTA (para temas onde a implantação de política tarifação é de menor complexidade). BAIXA (para temas onde a política de tarifação é complexa).	

Fonte: Os autores

Quadro 3: Classificação de temas conforme critérios de pontuação estabelecidos no Quadro 2

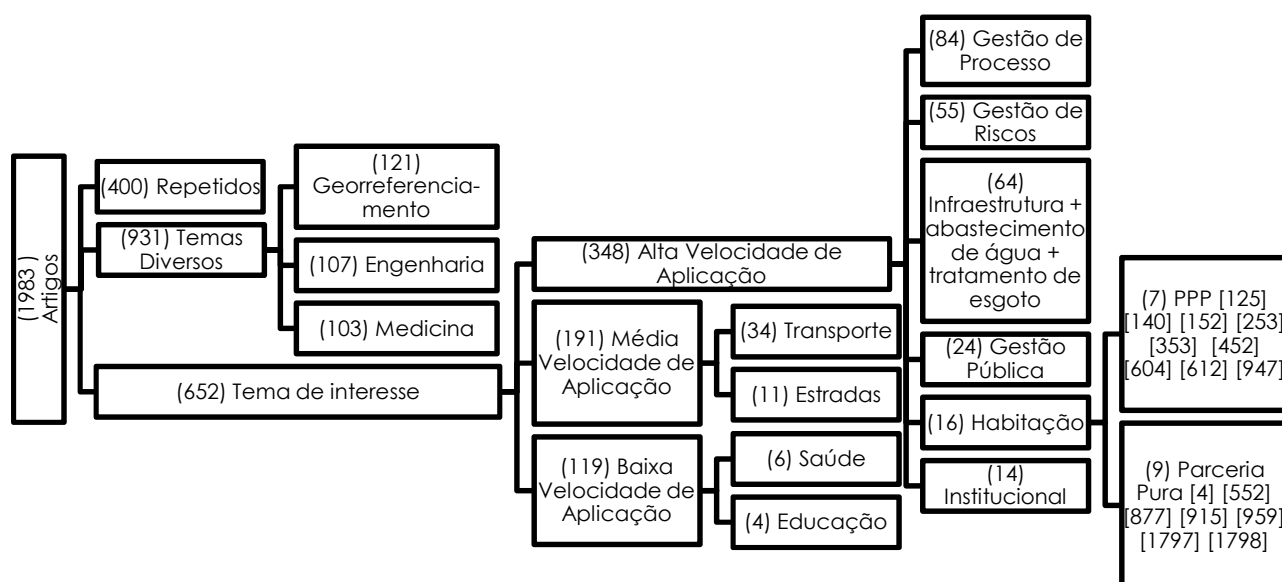
Área foco do artigo, incluindo sub temas correlatos	Classificação Celeridade de aplicação	Pontuação e justificativa dentro dos critérios de classificação					
		Celeridade de implantação		Celeridade de adoção da solução.		Celeridade de legislação.	
		Pontuação no critério	Justificativa	Pontuação no critério	Justificativa	Pontuação no critério	Justificativa
Gestão de Processos	Alta (9)	Alta	Tema ligado à gestão	Alta	Implantação na gestão local	Alta	Tema ligado à gestão
Gestão de Riscos			Obras sob tutela da prefeitura, por exemplo.		Política de cobrança de implantação relativamente simples.		
Infraestrutura			Obras que não demandam desapropriações complexas.	Média			Obras multimodais / ligadas a mais de um ente.
Habitação					Baixa		
Transporte	Média (8)	Baixa	Obras que geralmente demandam desapropriações	Média		Obras multimodais / ligadas a mais de um ente.	Política de cobrança de implantação relativamente simples.
Estradas	(6)						
Saúde	Baixa (5)	Alta	Obras que não demandam desapropriações complexas.	Baixa	Demandam para operação quadro complexo de servidores	Baixa	Política de cobrança complexa
Educação							

Fonte: Os autores

Perante o grande número de artigos relacionados, o critério de classificação proposto possibilita avançar na busca de maior aprofundamento do mapeamento dentro da área tema motivadora da pesquisa. A classificação é, neste caso, uma escolha dos temas a serem estudados e aprofundados. Isso possibilita dar tratamento semelhante a artigos dentro de um mesmo nível de hierarquia da classificação, condição necessária para o desenvolvimento do trabalho proposto.

A classificação, conforme hierarquia proposta, é representada na Figura 2. Entre parênteses é ilustrada a quantidade de artigos dentro do tema. Os trabalhos mencionados e não referenciados na bibliografia estão representados entre colchetes. A lista completa de artigos pode ser obtida em <[http://www.4shared.com/file/NRtCSPFIce/ARTIGOS\\_PPP\\_REV\\_0.html](http://www.4shared.com/file/NRtCSPFIce/ARTIGOS_PPP_REV_0.html)>.

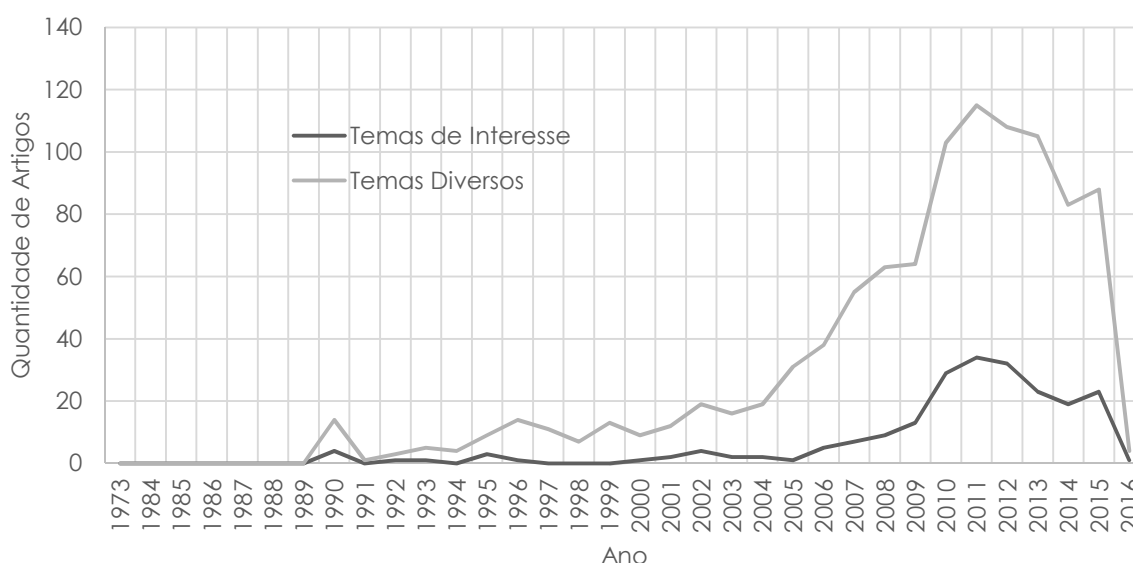
Figura 2 – Distribuição dos artigos em níveis classificatórios



Fonte: Os autores.

Com auxílio do levantamento feito na base de pesquisa SCOPUS, que não restringiu o resultado de busca para os termos pesquisados, é possível identificar que o tema teve na última década grande incremento de seu interesse, se medido através do número de publicações, conforme ilustra o Gráfico 1. Este fenômeno pode ser observado tanto nos artigos identificados como de interesse como tratando de temas diversos.

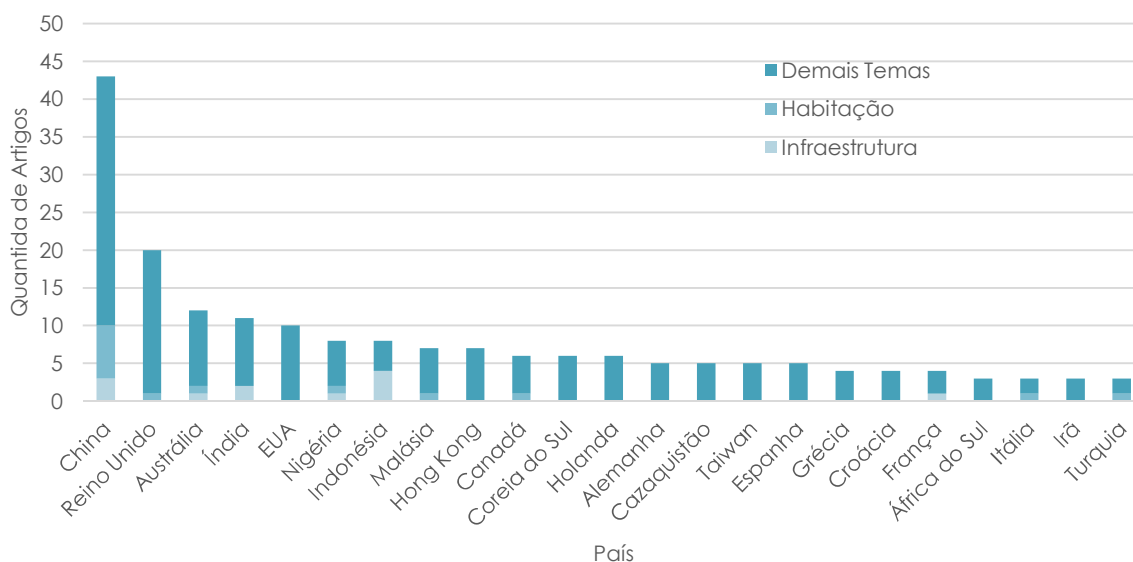
Gráfico 1 - Quantidade de artigos publicados por ano



Fonte: Os autores

O levantamento permitiu ratificar a abrangência e interesse internacional relacionado ao tema. Amostra significativa de artigos referenciados ao local de estudo de sua discussão está ilustrada no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Quantidade de artigos publicados por país



Fonte: Os autores

Objeto de interesse mais específico para condução de trabalhos posteriores, além do mapeamento realizado foram extraídas maiores informações acerca de trabalhos realizados voltados para os temas de habitação e infraestrutura.

Dentro do tema habitação, ressalta a observação de uma pequena

quantidade de artigos se comparada ao volume total de trabalhos. Os trabalhos envolvem temas votados a discussões iniciais do uso de PPP e seu potencial para o desenvolvimento da habitação.

A abordagem de alguns trabalhos podem ser traduzidas como uma estruturação de proposta para o desenvolvimento de PPP neste segmento ([125], [140], [152], [452], [612] e [974]). Quatro deles versam especificamente sobre arrendamento/locação de habitação pública ([125], [140], [452], [612]), experiência objeto de programa de arrendamento realizado no país (BRASIL, 2001), mas não no formato de PPP. Outros trabalhos abordam a discussão de fatores críticos ([353] e [604]) e benefícios da PPP ([253]).

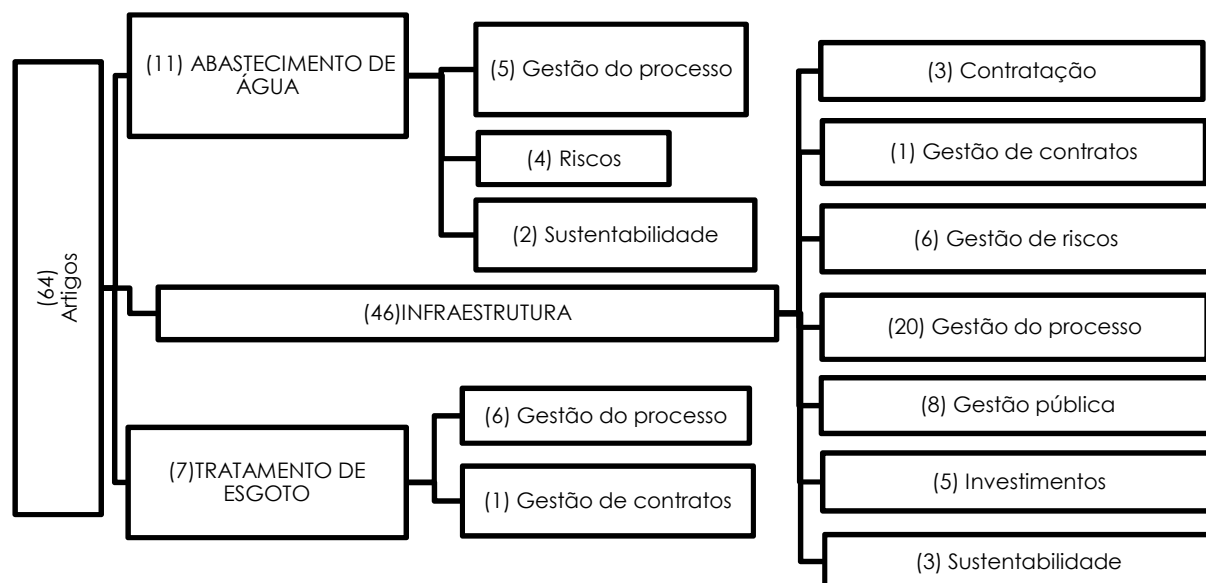
Outros trabalhos relacionados à habitação tratam o tema Parceria Público-Privada em sua abordagem mais ampla, não necessariamente relacionada ao que preconiza a Lei de PPP como instrumento de contratação. Trazem em sua abordagem outras questões relacionadas ao tema, como análise de risco ([1797] e [1798]), financiamento privado ([877]), mecanismos de preços ([4]), papel do setor público ([915]) e questões relacionadas a urbanização e ocupação como a regeneração de centros urbanos ([959]) e o uso misto de edificações ([552]).

Fundamental para o crescimento de um país, os investimentos em infraestrutura contribuem diretamente para a melhoria na qualidade de vida de sua população, além de motivar o desenvolvimento econômico. Um dos entraves para o desenvolvimento do setor é a disponibilidade de financiamento e, nesse sentido, as parcerias público-privadas podem surgir como uma alternativa quando a escassez de recursos públicos torna-se um obstáculo para viabilizar tais investimentos. A atuação da iniciativa privada nas políticas públicas, no âmbito internacional, tem comprovado, além das vantagens econômicas, a eficiência na qualidade dos serviços prestados.

No Brasil, a administração pública tem demonstrado interesse em consolidar parcerias com o setor privado, direcionando a arrecadação de capital privado para investimento e financiamento de obras e serviços públicos. Algumas experiências já podem ser citadas, como por exemplo a Parceria Público-Privada do sistema de tratamento de esgoto de Recife (PE), com o carimbo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (AESBE, 2012), foi listada entre as 100 mais importantes obras de infraestrutura do mundo, de acordo com lista feita por consultoria internacional (KPMG, 2015).

Nesse contexto, dentro do tema infraestrutura, foi realizado um mapeamento na base de artigos pesquisados sobre parcerias público-privadas, classificando-os e agrupando-os por tipos de assuntos abordados. Primeiramente, foram identificados os artigos de alto interesse, os quais foram classificados de acordo com o foco, em: "Infraestrutura" que tratam dos assuntos de infraestrutura em geral, "Abastecimento de água" que englobam tratamento e abastecimento de água e "Tratamento de esgoto" com assuntos específicos desse tema. Nesses artigos, foram classificados os assuntos tratados dentro de cada foco e, em seguida, o tipo de abordagem realizada em cada artigo, conforme ilustra a Figura 3.

Figura 3 – Distribuição dos artigos de abastecimento de água, tratamento de esgoto e infraestrutura em níveis classificatórios



Fonte: Os autores

Em “Abastecimento de água”, os temas classificados em “Gestão do processo” trazem uma abordagem mais ampla, tratando de assuntos como critérios de seleção utilizando os métodos SWOT e Lógica Fuzzy ([1561]), desenvolvimento de projetos ([498]) e assuntos inerentes a todas as etapas do processo, por meio de relato de experiências ([942]) e estudos de casos ([828] e [420]). Os trabalhos que tratam do tema “Riscos”, concentram-se em análise ([533] e [363]) e alocação de riscos ([340]). No tema “Sustentabilidade”, um projeto de tratamento de água de mina para fornecimento de água potável ([417]) e sustentabilidade de sistemas de abastecimento de água potável para zonas rurais ([826]).

Os trabalhos com foco em “Tratamento de esgoto” concentram-se em “gestão do processo” com relatos de experiências ([643] e [481]), estudo de caso (BOT) ([309]), controle da gestão ([1954]), comparações de modelos de prestação de serviços públicos ([269]) e modelos de estruturas públicas e privadas para tratamento de efluentes ([457]). Em “gestão de contrato”, um estudo sobre avaliação das garantias de receitas mínimas ([418]).

No foco “Infraestrutura”, que trata de assuntos relacionados à infraestrutura em geral, por sua abordagem mais ampla, encontrou-se um maior número de artigos em relação aos temas que restringiam o foco em abastecimento de água ou tratamento de esgoto. Nos temas pertinentes, como “contratação”, os assuntos dividiram-se em seleção de projetos ([133] e [141]) e seleção de parceiros privados ([405]). Em “gestão de contratos”, foi abordado o estudo das capacidades contratuais provenientes da relação entre o setor público e o privado ([1008]).

A identificação, avaliação e mitigação de riscos são etapas cruciais no desenvolvimento de uma parceria público-privada de infraestrutura, nesse contexto, no tema “gestão de riscos” foram encontrados estudos sobre mitigação de riscos no financiamento ([354]), fatores de riscos ([121] e [1770]) e aspectos gerais de gestão de riscos ([32], [300] e [332]).

Ainda em “Infraestrutura”, os artigos relacionados à “gestão do processo” apresentaram grande relevância com assuntos diversos, como relatos de experiências e estudos de casos ([117], [492], [616], [1173] e [1556]), estratégias de gestão e fatores de sucesso ([17], [39], [561] e [1185]), governança em projetos ([448] e [493]), governança em BOT ([797]), gestão de contratos de longo prazo ([317]) e ainda, fatores críticos do processo ([143] e [883]). Alguns artigos apresentaram aspectos gerais de gestão ([442], [1146], [1227], [1418] e [1494]).

O tema “gestão pública” teve enfoque em desenvolvimento urbano ([28], [605] e [841]), incentivos governamentais para a participação do setor privado ([365]), transferências de propriedades das ações das PPPs ([114]), regulamentação ([65]), governança e perspectivas dos clientes públicos ([18] e [440]). Com abordagem voltada para o mercado financeiro, o tema “investimentos” apresentou assuntos relacionados a incentivos ([378]), custo cambial das transações financeiras em PPPs ([324]), financiamento ([989]) e uma análise comparativa para VFM (*Value for Money*) ([1963]) comparando uma metodologia quantitativa para PPP na aquisição do projeto de infraestrutura na Indonésia e Austrália. Sobre “sustentabilidade” foram abordados o desenvolvimento sustentável ([189] e [1580]) e a gestão de projetos sustentáveis ([1803]).

### 3 CONCLUSÕES

A abordagem de um mapeamento bibliográfico através de um método sistemático, que impõe rigor, amplitude, possibilidade de reprodução e que permite auditoria, mostrou-se uma ferramenta poderosa e abrangente para a fase de prospecção de literatura dentro de uma temática abrangente e multidisciplinar.

A prospecção proposta resume e dissemina o conhecimento adquirido no tema, possibilitando a revelação de lacunas em estudos a serem produzidos. O tema mostra-se como de grande potencial de estudo e discussão dentro do setor de habitação e infraestrutura, explorando seus principais fatores de interesse: investimento nestes setores, busca por maior eficiência na gestão de recursos e a geração de valor comercial no setor público em sua base de atividade.

O presente estudo identificou ainda uma ampla abordagem de assuntos relacionados a parcerias público-privadas no setor de infraestrutura, por meio dos artigos pesquisados. O mapeamento demonstrou um maior interesse de estudos na área de riscos e gestão do processo para o desenvolvimento e implementação dos projetos, sendo que muitos trabalhos

utilizam estudos de casos e experiências internacionais como instrumento de análise.

A dificuldade na obtenção de artigos mapeados como de interesse, traduzida por eventual cobrança financeira no acesso à sua visualização integral, foi identificada como uma limitação apresentada pelo método utilizado.

O mapeamento possibilita e sugere uma série de trabalhos futuros possíveis tomando-se como base setores com grande carência (habitação e infraestrutura) e mesmo demais setores, não referenciados como objeto principal da presente pesquisa, mas contando com experiências de implantação no país (transporte, edifícios de uso público, estradas, entre outros temas). Considerando que alguns temas não tiveram expressiva relevância no mapeamento, outra lacuna identificada para futuras pesquisas são modelos de financiamento – *Project Finance* e Sustentabilidade nos projetos de PPP, visando ao desenvolvimento sustentável.

### AGRADECIMENTOS

À UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, pela disponibilização de estrutura para a pesquisa sem a qual não seria possível a elaboração do presente trabalho e aos Profs. Ariovaldo Denis Granja e Flávio Augusto Picchi pela colaboração indireta através das discussões e orientações repassadas.

### REFERÊNCIAS

AESBE, 2012. PPP de Pernambuco: maior projeto de saneamento do Brasil. **AESBE**. 28, set. 2012. Disponível em: <<http://www.aesbe.org.br/conteudo/7081>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Programa de Arrendamento - Lei n. 10.188, de 12 de fevereiro de 2001. Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 12 fev. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10188.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Estatuto da Cidade - Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2016.

BRASIL. Lei no 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2016.

UPPP (Unidade de Parcerias Público-Privadas). Manual de Parcerias Público Privadas – PPPs. **CGP (Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público Privadas)**. Governo do Estado do Rio de Janeiro, abr, 2008. Disponível em: <[http://download.rj.gov.br/documentos/10112/167695/DLFE-32801.pdf/manual\\_PPP.pdf](http://download.rj.gov.br/documentos/10112/167695/DLFE-32801.pdf/manual_PPP.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Greenhalgh, T., Robert, G., Bate, P., Kyriakidou, O., MacFarlane, F., and Peacock. R. How to spread good ideas: A systematic review of the literature on diffusion, dissemination and sustainability of innovations in health service delivery and organisation. **Report for the National Co-ordinating Centre for NHS Service Delivery and Organisation R & D (NCCSDO) 2004**. Disponível em: <[http://www.nets.nihr.ac.uk/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0017/64340/FR-08-1201-038.pdf](http://www.nets.nihr.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0017/64340/FR-08-1201-038.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

KE, Y.; WANG, S.; CHAN, A.; CHEUNG, E. Research Trend of Public-Private Partnership in Construction Journals. **Journal of Construction Engineering and Management**. p. 1076-1086, out. 2009.

KPMG INTERNATIONAL COOPERATIVE. **Infrastructure 100: World Markets Report**. Disponível em: <<http://www.kpmg.com/Global/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/infra100-world-markets/Documents/infrastructure-100-world-markets-report-v3.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PENG, W.; CUI, Q.; LU, Y.; HUANG, L. Achieving Value for Money: An Analytic Review of Studies on Public Private Partnerships. **Construction Research Congress**, p. 1189–1198, 2014.

ROEHRICH, J. K.; LEWIS, M. A.; GEORGE, G. Are public–private partnerships a healthy option? A systematic literature review. **Social Science & Medicine**, v. 113, p. 110–119, jul. 2014.

TANG, L.; SHEN, Q.; CHENG, E. W. L. A review of studies on Public–Private Partnership projects in the construction industry. **International Journal of Project Management**, v. 28, n. 7, p. 683–694, out. 2010.